

**AS RELAÇÕES DE PODER EM FAMIGERADO, DE GUIMARÃES
ROSA**

POWER RELATIONSHIPS IN "FAMIGERADO", BY GUIMARÃES ROSA

Maria Perla Araújo Morais (UFT)¹

Felipe de Carvalho Costa (PIBIC/UFT)²

Resumo: Este trabalho procura refletir sobre como grupos sociais diversos se relacionam no conto “Famigerado”, de Guimarães Rosa. O conto mostra um episódio em que o jagunço Damázio das Siqueiras vai à procura de um médico para saber o significado da palavra famigerado. Um moço do Governo tinha chamado o jagunço por essa palavra e Damázio queria saber qual era o significado do vocábulo. Ao chegar ao médico, pergunta se famigerado era algo bom ou ruim. O médico, notando todas as implicações e consequências da sua resposta, opta por oferecer o significado positivo de famigerado e todos saem bem no episódio. No conto, vemos a discussão sobre as formas de poder fundadas no patrimonialismo e patriarcalismo se estranhando, num primeiro momento, com o Estado moderno, mas se conciliando no final. A conciliação tensa de todos os poderes nos faz pensar que tanto o Estado moderno quanto as formas de poder locais se retroalimentam formando uma sociedade brasileira de tipo nova, mas que mantém hábitos e estruturas antigas. Nessa configuração social, quase nada sobra para quem não faz parte desses centros de poder.

Palavras-chave: Guimarães Rosa; Estado moderno; saber letrado

Abstract: In this paper we reflect on how different social groups are related in the story “Famigerado”, by Guimarães Rosa. This tale shows an episode in which the jagunço (a gunman) Damázio das Siqueiras goes looking for a doctor to find out the meaning of the word "famigerado" (notorious). A young government clerk had called the jagunço by that word and Damázio wanted to know what the word meant. Upon arriving at the doctor he asks if "famigerado" was something good or bad. The doctor, noting all the implications and consequences of his response, chooses to offer the positive meaning of "famigerado" and everyone does well in the episode. In the short story we see the discussion about the forms of power founded on patrimonialism and patriarchalism clashing with the modern state, but reconciling with it in the end. The strained conciliation of all powers makes us think that both the modern state and the more forms of local power backfeed each other, forming a new type of society, but one that maintains old habits and structures. In this social configuration almost nothing is left for those who are not part of these centers of power.

Keywords: Guimarães Rosa; modern state; literate knowledge

Submetido em 31 de janeiro de 2021.

Aprovado em 25 de maio de 2021.

1 Professora do Programa de pós-graduação e da graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins. Doutora em Literatura Comparada pela UFF. Líder do grupo de estudos NELA (Núcleo de Estudos de Literaturas africanas e portuguesa). E-mail: perlamorais@uft.edu.br.

2 Bolsista de Iniciação científica PIBIC/CNPq. Graduando em Letras (Português/Literatura) pela UFT. Pesquisador do grupo de estudos NELA (Núcleo de Estudos de Literaturas africanas e portuguesa) E-mail: carvalhofelipe2017@gmail.com

1- Introdução

Este artigo tratará das relações de poder presentes no conto “Famigerado”, de Guimarães Rosa. Acreditamos que Guimarães Rosa encenou, em suas obras, a relação entre os subalternos e os saberes e poderes hegemônicos, sobretudo num momento em que a modernização se consolidava como processo histórico de transformação social do Brasil.

Diferente de leituras que se aproximam do texto rosiano tentando captar seu diálogo com o mito, a metafísica e o embate filosófico das questões humanas, enfatizamos a necessidade de pensar as obras de Guimarães Rosa tratando do impacto social do processo de modernização brasileira. Trata-se de requerer para as análises literárias das obras rosianas as discussões históricas e sociais, dinâmica que a crítica contemporânea tem se ocupado em registrar. Nesse sentido, nos embasamos em estudos de Antonio Candido (1977), José Wisnik (2002), Danielle Corpas (2008), Willi Bolle (2004) e Silviano Santiago (2017). Em todos esses trabalhos, vemos a leitura de Guimarães Rosa centrada nos embates de processos históricos e sociais brasileiros quando da passagem da Primeira República para o Estado Novo (1937-1946) e deste até o governo de Juscelino Kubitschek. Rosa reflete sobre como o Brasil organiza sua geopolítica tendo em vista o choque de um mundo rural e agrícola com os novos paradigmas da modernidade.

Acionar nas histórias personagens loucos, idosos, crianças, mulheres e trabalhadores rurais nos faz observar uma atenção em registrar como identidades subalternizadas se relacionam com os poderes e os saberes hegemônicos. Também nos permite entender como essas identidades são pensadas dentro de projetos modernos e de criação do Estado-nação brasileiro.

Acreditamos que as obras de Rosa discutem, dentro do projeto de modernidade, o crescimento das cidades; as relações de força e poder se reajustando ao Estado moderno; o modo de ser e de viver rurais em embate com novos valores. Enfatizam, no entanto, a permanência de subalternidades, mesmo diante de projetos universais e progressistas. Por isso, em vários contos, há o registro do incômodo, da precariedade, do descompasso entre projetos assumidos para o Brasil e a manutenção da espoliação.

Em “Famigerado”, do livro *Primeiras estórias* (1962), encontramos um jagunço que, ao ser chamado de famigerado por alguém do Governo, parte em busca de um médico a fim de obter o significado do vocábulo. Sabendo que a palavra tem

significados diferentes e intimidado pelo jagunço que fora procurá-lo, o médico sabe que o significado possivelmente guardaria a condenação de alguém à morte. É dentro dessa tensão que opta pelo sentido mais enaltecido da palavra famigerado, e todos saem bem do episódio.

Essa cena é muito significativa quando levantamos elementos históricos para entendê-la. Assim, de um lado, vemos o jagunço, representando uma forma de poder que se vê ameaçada por outra, a do Governo. Ao mesmo tempo, há o médico, compondo o estrato do saber científico e letrado sendo chamado para intervir nesse possível choque entre mundos. Percebendo isso, o saber letrado também é cooptado para intermediar os dois grupos e aquilo que, aparentemente, poderia ser impensável acaba se tornando regra: os dois mundos, a dos jagunços e a do Governo, são unidos pela palavra acionada pelo médico. A palavra famigerado e suas múltiplas significações não deixam de também ser uma grande alegoria para encenar o Brasil e suas junções de tempos, sistemas e relações paradoxais. O texto nos faz pensar que, embora as transformações sejam operadas a partir do discurso da transformação social, o que se nota é que os poderes se perpetuam aliados a novos sistemas e discursos.

2- Esse famigerado Brasil

Dentro dos compêndios de literatura brasileira, é comum encontrarmos as obras de Guimarães Rosa caracterizadas por um diálogo entre o regionalismo e a invenção literária, forçando “os limites do gênero romance” (BOSI, 2006, p. 392)

O regionalismo, que deu formas menos tensas de escritura (a crônica, o conto folclórico, a reportagem), estava destinado a sofrer, nas mãos de um artista-demiurgo, a metamorfose que o traria de novo ao centro da ficção brasileira. A alquimia, operada por João Guimarães Rosa, tem sido o grande tema da nossa crítica desde o aparecimento dessa obra espantosa que é o Grande Sertão: Veredas. (BOSI, 2006, 429)

O rompimento das técnicas tradicionais de narrativa aparece tanto na feitura do texto quanto na própria matéria do que é narrado. Assim, se vemos uma linguagem inventiva e histórias entremeadas pelo ritmo da memória, também observamos um tratamento peculiar das relações sociais. Acontece que, pela inventividade do texto rosiano, essas relações ficam em segundo plano na crítica literária, que costumeiramente se compraz com o estudo do mito, da metafísica, do arsenal clássico presente nos textos e outros expedientes.

Sem desconsiderar a inventividade da obra rosiana, sobretudo linguística, queremos captar como as relações de poder são encenadas dentro do conto “Famigerado” para entender como os sistemas sociais complexos do Brasil são pensados diante da modernização de nossa sociedade.

Primeiro entendemos que o poder não está localizado em um indivíduo em específico, tampouco “é um fenômeno de dominação maciço e homogêneo.” (FOUCAULT, 2017, p. 284). Nas palavras de Foucault:

(...) o poder (...) não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o que detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos. O poder deve ser analisado com algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca será nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou bem. O poder funciona e se exerce em rede. (FOUCAULT, 2017, p.284)

Pensando nessa rede, podemos entender que o poder se estabelece em relações que produzem assimetrias, se materializando em instituições, mas também em práticas cotidianas responsáveis pela sujeição. Trata-se de observar, portanto, essa cadeia relacional e como historicamente e materialmente ela se constitui.

Em várias obras, Rosa se dedica a um estudo de como grupos de diferentes estratos sociais se relacionam entre si, produzindo assimetrias. Procura ver como as relações de poder se instituem entre os grupos, como algumas identidades articulam as mais variadas resistências e como essas relações sociais se reconfiguram, se transformam ao longo do tempo, observando as mudanças políticas e econômicas do Brasil da primeira metade do século XX.

O “cânone” da literatura brasileira quase sempre apresentou em sua escrita o ponto de vista de personagens dos grupos dominantes. Até mesmo naquelas obras em que são apresentados os escravos, indígenas, negros, pobres e mulheres a perspectiva de representação é elitista. Assim, não é incomum vermos certos estereótipos compondo a imagem dessas identidades. De maneira geral, as obras de Guimarães Rosa rompem com esse movimento, trazendo para a escrita um retrato de como os personagens do sertão agem e se comportam com uma subjetividade que não é comum em muitos textos conhecidos como regionalistas. Na maioria desses textos, essas identidades são associadas a estereótipos. Em sua obra, há riqueza, história e sujeitos no sertão, embora ainda quem fale seja uma identidade hegemônica. Dentro dos atuais estudos de

representatividade, poderíamos observar a obra rosiana dentro daquele olhar crítico proposto por Dalcastagné:

Toda essa literatura mais marcadamente crítica está sugerindo(...)que a autoridade de quem fala pelo outro tem de ser questionada, tanto em termos literários quanto em termos sociais. O que não significa que a representação de grupos diferentes daquele de onde procede o autor deva ser censurada (...) Ou seja, a representação não dispensa a necessidade da presença do outro, não elimina a exigência da democratização do fazer literário. (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 38-39)

Assim, embora quem fale não seja o subalterno, o texto rosiano capta uma experiência crítica das relações de poder no sertão. Por isso, deve ser visto como mais uma fonte que compõe um amplo painel da sociedade brasileira, sem excluirmos a necessidade de ouvirmos os subalternos falarem.

Para percebermos a existência das relações de poder em “Famigerado”, temos que acionar algumas informações históricas sobre o Brasil. Na época em que Rosa escreve, há um surto de desenvolvimentismo graças aos projetos modernos assumidos pelo Estado brasileiro. Portanto, vemos na obra de Rosa um intenso debate acerca do contexto que envolve aspectos do desenvolvimentismo no século XX. Silviano Santiago indicia a relação da obra de Guimarães Rosa e a sociedade brasileira:

Por que o monstro se quer sinistro e amedrontador em anos de concórdia democrática como são os bonancosos da década de 1950? Por que se julga indispensável no período histórico em que a nação quer industrializa-se a passos de gigante e no exato momento em que a antiga cidade letrada começa a ser esfarinhada pela indústria cultural do entretenimento representada pelo cinema e rock&roll? (...) Por que desrespeita acintosamente a tônica geopolítica que o governo federal e os brasileiros implantam no projeto de cidadania posterior à ditadura Vargas, a imprimir a integração fraterna das diferenças regionais, ordenada pela nova capital do país, a interiorana Brasília, integração perseguida pela abertura épica da Transamazônica? (SANTIAGO, 2017, p. 28)

Quando a obra *Primeiras estórias* (1962) é lançada, o Brasil transitava por um período que ficou conhecido na historiografia brasileira como “experiência democrática”. Embora o contexto de publicação tenha sido no final desta “experiência”, se faz importante ressaltar algumas linhas mestras. Nas palavras de Maycon Douglas Vieira dos Santos,

O período que abarca desde o fim do Estado Novo até o golpe militar instaurado em 1964 é usualmente conhecido, e compreendido pela historiografia brasileira, como a maior experiência democrática até então conhecida e vivenciada no cenário político nacional. Tanto no sentido quantitativo, pois o número de eleitores aumentou exponencialmente, quanto no sentido qualitativo, por assim dizer, pois após 15 anos com Getúlio Vargas no poder, o país passaria a pôr novamente em prática o exercício eleitoral (SANTOS, 2020, p. 2).

Segundo o historiador Jorge Ferreira, “pela primeira vez na história do país, surgiram e se fortaleceram partidos políticos nacionais com programas ideológicos definidos e identificados com o eleitorado” (FERREIRA, 2015, p. 12). Esta identificação com o eleitorado se deu não só pela formação de partidos nacionais, como também a incorporação dos trabalhadores urbanos no cenário político nacional (ANGELI, 2016).

Nesse período, era notória a influência que as Forças Armadas exerciam na política brasileira. Atribuíam a si mesmos como salvadores da pátria, como também seus membros eram pessoas políticas. Muitos eram ministros e alguns, inclusive, chegavam a disputar eleições presidenciais. De certa forma, sabiam o trânsito político que tinham, mas tentavam respeitar o jogo democrático, como argumenta Boris Fausto em *A História do Brasil*. De acordo com suas palavras, “Getúlio tomou posse com a concordância das Forças Armadas. Esse fato indica que seus chefes não se inclinavam à interrupção do jogo democrático. Mas, ao mesmo tempo, mostrava como a democracia dependia precariamente da fiança militar” (FAUSTO, 1995, p. 408).

No setor econômico, o governo de Getúlio Vargas realizou significativas mudanças. Em 1952, é fundado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), assim investimentos foram feitos nas mais diversas áreas: “foram feitos investimento públicos no sistema de transportes e de energia, com a abertura de um crédito externo de 500 milhões de dólares.” (FAUSTO, 1995, p. 409)

O governo de Juscelino Kubitschek (1956 - 1961) foi marcado por grandes avanços e planos ambiciosos, como, por exemplo, o programa de metas que tem o ponto mais simbólico na mudança da capital do país para o centro-oeste. A criação de Brasília, nova capital brasileira, gerou muitos empregos e foi a nova morada dos três poderes. As forças armadas apoiaram que o regime democrático continuasse, mas tendo em vista lutar sempre contra o comunismo. A imagem do presidente já estava desgastada, assim perderá um pouco de sua legitimidade.

Já a eleição de 1960 foi marcado por ter o maior número de votantes. Ao todo foram 11,7 milhões de votantes e os votos foram distribuídos entre Jânio 48%, general Lott 28% e Ademar com 23%. João Goulart foi eleito para o cargo de vice, pois, no sistema eleitoral da época, o votante escolhia presidente e vice de chapas diferentes.

Empossado em 7 de setembro de 1961, o governo de Goulart começou bastante turbulento e o regime governamental que era presidencialismo passa a ser parlamentarista. O presidente perderia um pouco de força junto com a oposição, porque visitou a China, antes de assumir o posto de presidente. Houve um breve período de impedimento feito pelos militares que diziam que viam nele um renascimento da república sindicalista e, por essa via, alegavam que os comunistas poderiam chegar ao poder.

A volta do presidencialismo acontece em 1963, quando 9,5 milhões de brasileiros dizem sim ao antigo sistema de governo. Com isso, Jango retornou a líder principal do governo e voltou fazendo muitas mudanças, algumas delas não duraram por muito tempo. Então nomeou novos nomes para os cargos e também apresentou o Plano Trienal que seria um conjunto coerente de medidas.

O primeiro ponto passava pela redução dos gastos públicos, mas não dos investimentos públicos, pois estes eram essenciais para o crescimento econômico. Os recursos não seriam obtidos com a emissão de papel-moeda e sim através do corte dos subsídios dados à importação de certos produtos e às indústrias estatais e através do aumento dos impostos incidentes sobre os grupos de renda mais alta. A manutenção da capacidade de importar significava garantir uma folga de divisas suficientes para que o país continuasse a adquirir no exterior bens indispensáveis à industrialização. (FAUSTO, 1995, p. 456)

Todo este contexto histórico, sobretudo relacionado a uma história oficial, nos ajuda a compreender quais as dimensões políticas, econômicas e sociais de *Primeiras Estórias*, de Guimarães Rosa. Em um país que se encontrava na sua maior “experiência democrática”, por quais razões Guimarães Rosa evocou práticas clientelísticas e coronelistas da política da Primeira República em seus textos? Será que o desenvolvimentismo-nacionalista de Vargas a Kubitschek alcançou toda a população ou se concentrava mais no meio urbano? Ao que tudo indica, Guimarães Rosa dá voz e corpo a personagens excluídos do projeto político nessa primeira metade do século XX,

bem como discute o jogo entre as instâncias e suas práticas de poderes. No contexto literário brasileiro, o livro de contos traduz os embates desenvolvimentistas na sociedade brasileira da década de 1950 e 60 e nos mostra uma versão da história que, em muitos aspectos, se distancia da versão oficial.

O crítico literário Willi Bolle, um dos maiores nomes acerca da crítica especializada sobre o universo do autor, já nas primeiras linhas de seu livro *grandesertão.br* ressalta que *Grande Sertão: Veredas* é um romance de formação do Brasil: “um projeto mais arrojado: a construção de uma cultura coletiva. incorporando as dimensões políticas da esfera pública da cidadania e dos conflitos sociais.” (BOLLE, 2004, p. 9)

Os personagens inseridos no único romance de Rosa representam a sociedade brasileira na sua diversidade e desigualdade. O autor apresenta os problemas existentes na nação, se fixando, principalmente, no estudo da manutenção de forças e dinâmicas sociais que se aliam às práticas e instituições modernas, embora o principal slogan do Brasil na época de Rosa seja a transformação social sob a via da modernização. Assim, o problema apontado pelos textos de Rosa não seria propriamente que a modernização não se deu por completo no Brasil, mas que, principalmente, ela foi um instrumento que, levado a cabo por relações de poder locais, serviu para a manutenção da desigualdade.

Grande Sertão: Veredas é considerado um romance de formação do Brasil justamente por isso: porque o autor nos mostra que os problemas do Brasil são sistêmicos. Por isso, Bolle afirma sobre o romance: “é o mais detalhado estudo de um dos problemas cruciais do Brasil: a falta de um entendimento entre a classe dominante e as classes populares, o que constitui um sério obstáculo para a verdadeira emancipação do país.” (BOLLE, 2004, p. 9)

A falta de um diálogo entre as instituições e classes formadoras de nossa sociedade, bem como a insistência em práticas sociais centradas na manutenção de privilégios e não em direitos, produzem um Brasil extremamente desigual. A professora Danielle Corpas, em um artigo intitulado “Grande Sertão: Veredas e formação brasileira”, retrata a jagunçagem, sistema de poder presente no romance de Rosa, enfocando que esse sistema não estaria no fim, mas duplicado na vida nacional:

Diante da ascensão social do protagonista, Willi Bolle pergunta-se se a história narrada é mesmo a da extinção de um jagunço ou se, pelo contrário, ela não apresenta o próprio modo como se engendra e se sustenta o sistema de poder em que se inserem os jagunços. Enfocando a instituição da jagunçagem como sistema discursivo-retórico, o romance assinalaria sua dimensão nacional e sua projeção para o presente. (2008, p. 280)

Em *Grande Sertão: veredas*, esse sistema de poder se explicita quando Riobaldo começa a subir de posição até se tornar chefe do bando de jagunços. Quando não era chefe, seu discurso girava em torno de questionar, cobrar, mostrar insatisfação com quem estava acima dele, mas, quando se tornou chefe, seu discurso mudou e passou a agir por meio dele e não mais criticar: “se por um lado, Riobaldo comenta e contesta os discursos dos chefes (chamando atenção para os interesses disfarçados em suas falas), por outro lado, ele mesmo quando chefe, passa a ser um dos porta-voz do sistema (e, no momento da narração, busca justificar sua atitude).” (CORPAS, 2008, p. 280)

Estando líder do bando, o personagem Riobaldo passa, então, a justificar sua atitude por meio do poder das palavras e, ao estar lá, mostra como exatamente funciona esse jogo, em que não só por meio delas justifica estar ali, mas expõe como permanecer na posição.

Percebemos não só no romance de *Grande Sertão: Veredas* como também em outros livros como *Primeiras Estórias* que essas questões são temáticas recorrente na obra de Guimarães Rosa: a falta do diálogo entre as classes, o jogo de poder e suas práticas na sociedade brasileira diante da modernização do país.

Quando a narrativa da modernidade vai se tornando hegemônica, alguns segmentos da sociedade se apoderam dela a fim de que não percam seus privilégios. No entanto, temos que entender que a narrativa da modernidade é um discurso construído para dar conta das transformações sociais necessárias para a nova fase do capitalismo no século XIX. A ela seria ingenuidade atribuir uma sistêmica e profunda mudança nas estruturas das nações onde a modernização se implantará. Se pensarmos com idealização esses processos, podemos cair no engodo de ver a modernização com uma forma de justiça social: “o registro moderno deve também ser visto como um discurso ideologicamente construído por uma sociedade industrial europeia em ascensão que via nos novos valores a possibilidade de justificar e retroalimentar seu espaço social.” (MORAIS, LOPES, 2017, p. 263)

A falta de mudança efetiva que acaba acontecendo, diante da modernização, revela que ela não seria propriamente um instrumento de luta pela igualdade social. O Estado moderno cria dispositivos e instituições que agem com uma roupagem de proteção, a chamada biopolítica, entretanto o que vemos é que, efetivamente, desigualdades sociais, étnico-raciais e econômicas permanecem, mesmo sob o discurso do progresso.

As obras de Guimarães Rosa, ao tratar de personagens que são marginalizados ou personagens que detêm prestígio econômico e político, discute as práticas de poder. A falta do diálogo entre Estado e identidades subalternizadas faz com que as minorias se relacionem com a autoridade política e econômica mais próxima, como os coronéis. Os textos de Rosa tratam dessa dinâmica difícil, em que o Estado pouco comparece para alguma mudança em relações de poder locais e, quando comparece, só faz reafirmar esses sistemas de poder.

Guimarães Rosa mostra o retrato dessa modernidade que chegava, se sobrepunha e construía práticas sociais. Vemos isso em “Famigerado” quando toda a situação do conto mostra o poder que ainda perdura nas mãos de personagens locais e novos personagens sociais, que aparecem no sertão do Brasil.

3- Famigerado e as relações de poder

A colonização brasileira se baseou num projeto de exploração de todos os recursos possíveis, escravização em massa de milhares de negros e indígenas, entretanto o ciclo econômico de exploração começou a decair, sendo substituído pelo capitalismo moderno. Ao mesmo tempo em que a monarquia entra em declínio no Brasil, vão aparecendo as novas figuras que assumirão o poder político e econômico. Esses, em sua maioria, foram os antigos senhores de escravos, comerciantes e donos de títulos que a coroa dava, como os coronéis. Portanto, com o fim do reinado Português no Brasil, a ideia de emancipação fica restrita a uma questão política, uma vez que o status do país deixa de ser colônia para virar uma república, com a manutenção não só de estruturas coloniais como de pessoas que se enriqueceram e tiravam vantagens desse sistema. Assim, por exemplo, não há um pensamento político inclusivo a fim de atacar a desigualdade em território brasileiro. O que impera é uma política de favores, arregimentando as assimetrias sociais.

O sociólogo Raymundo Faoro, em seu livro “Os Donos do Poder” (2001), analisa a prática do coronelismo e como essa permanece funcionando em harmonia com o poder do Estado. Segundo Faoro, o coronelismo “se manifesta num ‘compromisso’, uma ‘troca de proveitos’ entre o chefe político e o governo estadual, com o atendimento, por parte daquele, dos interesses e reivindicações do eleitorado rural.” (FAORO, 2001, p. 749).

Quando as políticas da gestão do Estado tentam se estabelecer em regiões interioranas do país, assim como em algumas cidades e capitais, sobretudo na primeira metade do século XX, acaba se deparando com o funcionamento de uma política local que tem suas próprias leis estabelecidas por poucos homens, que, em sua maioria, são os donos de terras e fazendas. De acordo com Faoro (2001):

Ocorre que o coronel não manda porque tem riqueza, mas manda porque se lhe reconhece esse poder, num pacto não escrito. Ele recebe — recebe ou conquista — uma fluida delegação, de origem central no Império, de fonte estadual na República, graças à qual sua autoridade ficará sobranceira ao vizinho, guloso de suas dragonas simbólicas, e das armas mais poderosas que o governador lhe confia. (FAORO, 2001, p. 737)

Dessa forma, essa troca de favores entre os agentes públicos e os donos de bens privados têm como base uma política de clientelismo, em que os dois lados tiram proveitos. “O coronel utiliza seus poderes públicos para fins particulares, misturando, não raro, a organização estatal e seu erário com os bens próprios.” (FAORO, 2001, p. 757). Os desejos individuais desses grupos prevalecem sobre a vontade e necessidade do povo.

No meio do século XX, o projeto desenvolvimentista do Estado brasileiro foi pensado de forma a gerar um enriquecimento sem necessariamente pensar na distribuição desses bens. Há a crença de que o mercado conseguiria gerar riquezas e essas seriam distribuídas para o povo, sem que nenhuma intervenção precisasse ser feita:

Isto porque a questão fundamental era transformar o Brasil em um país moderno, a partir do protagonismo de uma ordem industrial burguesa. Nesse sentido, houve um privilégio do grande capital, seja ele interno ou externo, como ficou bastante visível durante os anos do regime militar instaurado em 1964. Era necessário fazer o “bolo crescer” para depois pensar em dividir. Com isso, nossos párias históricos ficaram “esquecidos” pelo Estado e pelas classes que foram

incluídas pelo desenvolvimento instaurado no Brasil. (RIBEIRO, 2004, p. 108)

Favorecendo o capital, desenvolvendo uma visão dependente dele, mantendo práticas clientelistas e fortalecendo os mecanismos de construções de burocracias do Estado, de forma a construir um Estado burocrático, podemos pensar que a modernização implementada no Brasil não foi inclusiva. Por isso, sua especificidade gira em torno de práticas que fazem a manutenção do estado colonial e a dependência:

A singularidade é explicada, precisamente, pela ação de dois fatores: a manutenção de esquemas do mundo colonial e pela natureza dependente do capitalismo instituído na periferia. Em relação ao primeiro aspecto, a ação revolucionária levada a cabo através da fundação do Estado nacional independente não foi capaz de romper com as estruturas arcaicas existentes na sociedade colonial. Estas estruturas arcaicas foram transpostas para a sociedade politicamente independente. Isto fez com que o patrimonialismo e a estrutura estamental continuassem vigentes na nova sociedade. (RIBEIRO, 2004, p.112)

Assim, quando o Estado moderno brasileiro começa a se formar, sua intenção não é, propriamente, acabar com as relações de poder vigente, até porque quem está operando essa transformação são aqueles que representam as formas locais de organização social. A intenção seria operacionalizar o antigo no novo.

A partir desses apontamentos, podemos fazer a leitura do conto “Famigerado”, de *Primeiras Estórias*. A narrativa discute como as relações de poder são afetadas pela chegada do Governo ao interior do Brasil, onde vigora ainda o jaguncismo, e qual o papel dos homens letrados nesse processo. Como adiantamos e como vimos em *Grande sertão: veredas*, acreditamos que há um grande pacto entre as formas de organização locais e as novas no processo de modernização no Brasil. Ou, nas palavras de Willi Bolle, sobre o romance de Rosa:

O pacto não é apenas a motivação profunda para o protagonista nos narrar a sua vida, mas traduz também a reflexão de Guimarães Rosa a respeito das instituições sobre as quais repousam a ordem pública, o sistema político do país, as estruturas jurídicas do Estado e o próprio processo de modernização. (BOLLE, 2004, p. 155)

O conto “Famigerado” mostra um episódio da vida do jagunço Damázio, dos Siqueiras, que, ao ser chamado por um oficial do Governo por um nome cujo

significado não sabia, procura um médico para entender o que era “famigerado”. Damázio vai atrás do médico com três homens que foram forçados a acompanhá-lo. Encena, portanto, o jaguncismo, num momento em que a violência vai se tornando uma prática exclusiva do Estado:

O jagunço é, portanto, aquele que, no sertão, adota uma certa conduta de guerra e aventura compatível com o meio, embora se revista de atributos contrários a isto; mas não é necessariamente pior do que os outros, que adotam condutas de paz, atuam teoricamente por meios legais como o voto, e se opõem à barbárie enquanto civilizados. Ao contrário, parece frequentemente que o risco e a disciplina dão ao jagunço uma espécie de dignidade não encontrada em fazendeiros “estadonhos”, solertes aproveitadores da situação, que o empregam para seus fins ou os exploram para maior luzimento da máquina econômica. (CANDIDO, 1977 p. 148)

Sobre isso, o conto nos ajuda a entender o status de Damázio, das Siqueiras, pela voz do médico - o personagem narrador em primeira pessoa:

Um grupo de cavaleiros. Isto é, vendo melhor: um cavaleiro rente, frente a minha porta, equiparado, exato; e, embotados, de banda, três homens a cavalo. Tudo num relance, insolitíssimo. Tomei-me nos nervos. O cavaleiro esse – o oh-homem-oh – com cara de nenhum amigo. Sei que é influência de fisionomia. Saíra e viera, aquele homem, para morrer em guerra. Saudou-me seco, curto pesadamente. Seu cavalo era alto, um alazão; bem arreado, ferrado, suado. E concebi grande dúvida. (ROSA, 2001, p.56)

Na passagem, o médico faz menção a algumas imagens relacionadas aos jagunços: “um cavaleiro”; “para morrer em guerra”. A associação a cavaleiro fica restrita a apenas um personagem, como o narrador retifica. Os outros, embotados, formam um único corpo, à margem (“de banda”) no episódio. Mais tarde, saberemos que eles foram obrigados a estarem ali, testemunhando o evento sem poderem participar:

Nenhum se apeava. Os outros, tristes três, mal me haviam olhado, nem olhassem para nada. Semelhavam a gente receosa, tropa desbaratada, sopitados, constrangidos- coagidos, sim. Isso por isso, que o cavaleiro solerte tinha o ar de regê-los: a meio-gesto, desprezivo, intimara-os de pegarem o lugar onde agora se encostavam (...) Os três seriam seus prisioneiros, não seus sequazes. Aquele homem, para proceder da forma, só podia ser um brabo sertanejo, jagunço até na escuma do bofe. (ROSA, 2001, p. 56-57)

Quando o médico dá a resposta a Damázio, os três são liberados a fim de espalharem o que o jagunço tinha feito, sem necessariamente agir: “Satisfez aqueles três: - “Vocês podem ir, compadres. Vocês escutaram bem a boa descrição...”- e eles prestes se partiram. Só aí se chegou, beirando-me a janela, aceitava um copo d’água.” (ROSA, 2001,p.61) Portanto, Damázio, que se coloca à frente de todos, está numa posição de poder em relação aos três coagidos. Sua fala não é por todos, mas, sim, uma vingança pessoal. Assim, não vai ao médico em nome de todos da Serra de São ão em cobrança de algo, mas para resolver uma questão pessoal e os homens que estão com ele deixam nítido que estão ali contra suas vontades. Ao mesmo tempo, em relação ao médico e ao moço do Governo, Damázio reconhece graus de autoridade.

A dinâmica da fala no conto concentra-se em dois personagens: o jagunço e o médico. Sem falas e intimidados, os três homens encenam uma participação no episódio, sem poderem se expressar pela voz a não ser pelos gestos de medo. A ação pertence a dois grupos, enquanto os três homens servirão apenas para ratificar a situação, espalhando para os demais o que Damázio tinha feito, atestando tanto sua força quanto a do médico. À margem, os três homens fazem parte de uma encenação: encenam a violência em relação ao médico, ao mesmo tempo que estão sofrendo violência; encenam uma participação livre no episódio quando, na realidade, estão ali à força. O lugar desses três, compondo uma terceira margem, pode indiciar a participação popular assimétrica dentro de jogos de forças no sertão, que se concentram em três grupos: jagunços, médico e Governo.

Entre o médico e o jagunço, o destino de todos está sendo discutido de uma maneira muito tensa, em que o menor gesto pode acarretar tanto a morte quanto a vida, como o próprio significado duplo do vocábulo “famigerado”:

- *Famigerado* é inóxio, é “célebre”, “notório”, “notável”...
- ”Vosmecê mal não veja em minha grossaria no não entender. Mais me diga: é desaforado? É cacoável? É de arrenegar? Farsância? Nome de ofensa?”
- Vilta nenhuma, nenhum doesto. São expressões neutras, de outros usos...
- “Pois...e o que é que é, em fala de pobre, linguagem de dia-de-semana?”
- Famigerado*? Bem. É: importante, que merece louvor, respeito... (ROSA, 2001, p.60)

De acordo com o dicionário Michaelis, famigerado tem uma dupla interpretação, podendo ser tanto “quem tem muita fama; célebre, renomado, notório”, como foi a resposta do médico; quanto aquele “que desfruta de má reputação ou má fama; mal-afamado”, como, provavelmente, foi o sentido que o moço do Governo pretendia. O médico, então, prefere aquele significado, explorando a retórica e os gestos de esquiva, a fim de estabelecer uma espécie de trégua entre todas as partes. Para José Wisnik, no importante texto “Famigerado”:

A solução finalmente encontrada pelo doutor não é a meia-verdade, mas a mentira-verdade, verdade-e-meia: dizendo a verdade morta do dicionário, esconde o sentido vivo do enunciado emitido pelo moço do Governo, passível de morte; mas ao fazê-lo, acaba dizendo pelo avesso a verdade do seu próprio enunciado (quisera ser, neste momento, um assassino malfeitor, mais que o senhor) (WISNIK, 2002,p. 185)

Quando Damázio procura o médico, não se trata de ser uma simples questão de esclarecimento, como o jagunço encena. Mas, principalmente, de reconhecimento de outras instâncias e grupos que também fazem parte das relações de poder:

Lá, e por estes meios de caminho, tem nenhum ninguém ciente, nem têm o legítimo - o livro que aprende as palavras... É gente pra informação torta, por se fingirem de menos ignorâncias... Só se o padre, no São ão, capaz, mas com padres não me dou: eles logo engambelam... A bem. Agora, se me faz mercê, vosmecê me fale, no pau da peroba, no aperfeiçoado: que é que é, o que já lhe perguntei?.(ROSA, 2001, p. 59)

Na passagem, vemos representadas várias classes: os letrados, a igreja, o povo e o jagunço. Damázio procura o saber letrado contra a “ignorância”, do povo, ou “engano, as falsas promessas”, dos padres, mostrando a existência de vários valores no sertão. Faz uma opção de, naquele momento, reconhecer uns e ignorar outros. Mas o faz de maneira enviesada, intermediado por uma palavra que é dúbia em seu significado. Ele não pode calar o Governo e o gesto do moço de chamá-lo de famigerado, mas deve dar uma resposta a esse gesto para mostrar que também faz parte do poder. Damázio não age por impulso; pelo contrário, estuda um segundo movimento sendo que o primeiro havia sido dado pelo moço do Governo. Assim, vai à procura da opinião “explicada” do médico, performando uma ameaça, o que poderia ser uma mensagem para que o significado lhe satisfizesse:

Seria de ver-se: estava em armas- e de armas alimpadas. Dava para sentir o peso da de fogo, no cinturão, que usado baixo, para ela estar-se já ao nível justo, ademão, tanto que ele se persistia de braço direito pendido, pronto maneável. (...) Tivesse aceitado de entrar e um café, calmava-me. Assim, porém, banda de fora, sem a-graças de hóspede nem surdez de paredes, tinha para um se inquietar, sem medida e sem certeza. (ROSA, 2001,p. 58)

O médico estuda toda a cena de modo a saber qual comportamento adotar diante de Damázio. Assim, o significado escolhido para “famigerado” vem de um entendimento de que poderia haver ali uma intimidação, ao mesmo tempo em que há uma reverência ao seu saber.

A palavra do médico prevalece, sobretudo porque não cria um conflito, fazendo com que Damázio ouvisse o que viera buscar. Por meio das letras e da eloquência, o médico sabe se colocar na situação, portanto sabe promover o seu lugar, agindo para que Damázio ouça o que esperava ouvir, sem inventar o significado para a palavra. Ao invés do confronto, o conto escolhe a conciliação, imagem que nos faz pensar no lugar das letras, do discurso, do saber se relacionando, por meio de desfaçatez, com os subalternos e jagunços.

A violência não se concretiza nem para o moço do Governo, nem para o médico. Damázio prefere acreditar na maneira mais amena de interpretar “famigerado”, sendo, de certa forma, enganado ou se deixando enganar pelo homem do governo e o médico, já entendendo o jogo de forças no qual estava inserido. O médico surge como um elemento que vai intermediar as relações sociais naquele espaço. A conciliação final de todos esses poderes nos faz pensar que tanto o Estado moderno quanto as formas sociais locais podem se estranhar num primeiro momento, mas, em outro, elas se retroalimentam formando uma sociedade de tipo nova, mas que mantém hábitos e poderes.

Afastando-se das cidades, existem força sociais que interagem com o Estado. Os donos das terras são as autoridades locais, abaixo deles estão os seus capangas: jagunços que, assim como faziam parte do jogo de poder existente ali, possuíam forças e prestavam serviços ao senhorio. No meio dessas forças, chegava outra: o Estado, que reelaborou o jogo de poder.

No final do conto, o próprio jagunço dá outra demonstração de ambiguidade, denunciando a situação complexa da sociedade brasileira. Ao saber do significado,

Damázio se aproxima do médico fazendo um comentário que poderia ser visto como uma crítica ao Governo. Entretanto, ao mesmo tempo, se esquivava, disfarçando a sua cisma:

Só aí se chegou, beirando-me a janela, aceitava um copo d'água. Disse: - “Não há como que as grandezas machas duma pessoa instruída!” Seja que de novo, por um mero, se torvava? Disse: - “Sei lá, às vezes o melhor mesmo, para esse moço do Governo, era ir-se embora, sei não...” Mas mais sorriu, apagara-se-lhe a inquietação. Disse: - “A gente tem cada cisma de dúvida boba, dessas desconfianças...Só para azedar a mandioca...” Agradeceu, quis me apertar a mão (...)(ROSA, 2001, p. 61)

Assim, encena uma resistência, para, logo depois, se reestabelecer e mostrar que não pode “azedar a mandioca”, indicando o equilíbrio tenso que há entre os grupos que agem no sertão. Esse panorama complexo, em que os conflitos aparecem intermediados por outros paradigmas e instituições jurídicas, permite novas configurações no mundo sertanejo.

Conclusão

Acreditamos que vários contos de Guimarães Rosa dramatizam os impasses e as possíveis relações dos subalternos com elites econômicas e políticas. A descrição dessa relação enfatiza o comportamento de grupos locais se relacionando com os novos tempos, como fazem para se manter as relações de poder e como se aliam à retórica progressista e desenvolvimentista do Estado. Já os subalternos desenvolvem diferentes maneiras de se relacionar com esses grupos.

“Famigerado” pode ser visto como uma encenação da excludente modernidade brasileira. A normalização que a modernidade institui é sempre um ato de violência, só que naturalizada ao longo do tempo. As obras de Guimarães Rosa analisam essa violência, sua normalização e a resistência possível, se contrapondo a uma defesa ufanista do paradigma moderno. Visualiza os atores dessa violência e as pessoas que estão expostas a elas de diferentes formas.

Em nossas discussões, estudamos um Brasil que, ao longo de seu processo histórico, reproduz formas de organização social e política que privilegiam algumas identidades hegemônicas, mesmo que defenda uma ideia progressista e universalizante de modernização para todos. Pelo contrário, a modernização será inúmeras vezes acionada para reprimir e inferiorizar as identidades não-hegemônicas e não para que

elas façam parte de um projeto maior de mudança social. Como o conto constata, ao mesmo tempo em que a modernização vai se fixando, estabelece novas formas de subalternidade se articulando com outros poderes que se tornam hegemônicos. Lidos à luz de um Estado que encena transformações, esses novos saberes estarão alinhados com narrativas do Estado, gerando seus usos políticos. Resulta disso um Estado brasileiro extremamente desigual.

Referências

ANGELI, Douglas Souza. Do populismo à experiência democrática: a incorporação dos trabalhadores urbanos ao cenário político brasileiro. *Estudios Históricos*, n. 17, 2016, Uruguai. Disponível em: <https://estudioshistoricos.org/17/eh1708.pdf> Acesso em 03/06/2021.

BOLLE, Willi. *grandesertão.br: o romance de formação do Brasil*. São Paulo: Duas Cidades/Ed. 34, 2004.

BOSI, Alfredo. *História concisa da Literatura Brasileira*. 43 ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

CANDIDO, Antonio. Jagunços mineiros: de Cláudio a Guimarães Rosa. In: _____. Vários escritos. São Paulo: Duas cidades, 1977.

CORPAS, Danielle. Grande Sertão: Veredas e formação brasileira. *Revista Da Anpoll*, 1(24). 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.18309/anp.v1i24.28>. Acesso em 03/06/2021.

DALCASTAGNÊ, Regina. *Literatura Brasileira: um território contestado*. Vinhedo: Horizonte, 2012

FAMIGERADO. In: MICHAELIS, Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Melhoramentos, 2021. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/famigerado>. Acesso em 23/05/2021.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3 ed. Rio de Janeiro: Globo, 2001.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2. ed. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do desenvolvimento da Educação, 1995.

FERREIRA, Jorge. Apresentação. In: Dossiê – 1945 – 1964: a experiência democrática no Brasil. *Tempo*, v. 14, n. 28, Niterói, 2010. Disponível em <https://www.scielo.br/j/tem/a/Zn5KnHzSDyDsdcmw5bFPCXb/?lang=pt> Acesso em 03/06/2021.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2017.

MORAIS, Maria Perla Araújo e LOPES, Frederico José Andries. Um dia é da caça; outro, do narrador: as outras histórias de “Tapiiraiuara”, de Guimarães rosa. *Nonada*, vol. 2, no. 29, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://seer.uniritter.edu.br/index.php?journal=nonada&page=article&op=view&path%5B%5D=1576&path%5B%5D=1059> Acesso em 03/06/2021.

RIBEIRO, Marco Abraão. Modernização periférica e desigualdade social: disputas no Pensamento Social Brasileiro. *Ciências Sociais Unisinos* 50(2), maio/agosto 2014 http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2014.50.2.02. Acesso em 16/05/2020.

ROSA, Guimarães. *Primeiras estórias*. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 2001.

SANTIAGO, Silviano. *Genealogia da veracidade*; ensaios sobre Grande sertão: veredas, de Guimarães Rosa. Recife: Cepe, 2018

SANTOS, Maycon Douglas Vieira dos. Apontamentos para uma análise das representações de Getúlio Vargas estampadas na Revista do Rádio (1948-1950). *Revista Angelus Novus*, 16(16), 2020, 187-201. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ran/article/view/174547> Acesso em 03/06/2021.

WISNIK, José Miguel. *O Famigerado*. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 5, n. 10, p. 177-198, 1o sem. 2002. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/12394>. Acesso em 03/06/2021.